



EIXO 3 – AÇÃO LOCAL, AÇÃO NOS BAIRROS.

GESTÃO [H] Urb [M]ANA: O projeto Espaço Ocupação Porão Cultural em Maricá, RJ.

TEIXEIRA, CHRISTIANE D. (1)

1. Arquiteta e Urbanista (FAU-UFRJ), Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano (IPPUR-UFRJ), Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (NIDES-UFRJ). Pesquisadora bolsista Fiotec da Vice-diretoria de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz.

Rua Almirante Alexandrino, 2603, casa 16-101, Santa Teresa, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20241-263
rahdate@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho relata o 'Projeto Espaço Porão Cultural': uma ocupação temporária popular e pública de uma arena de rua, com uso de Centro Cultural, enquanto discute uma situação de conflito urbano em relação à preservação histórica e arquitetônica de um edifício do século XIX, localizado a 25 metros de distância da arena, também localizada na 'Praça Orlando de Barros Pimentel'. A construção pública de 2004 (arena) tornou-se subitamente um problema, em 2017, dentro de um contexto de crise política brasileira, ao receber uma notificação, que anunciava a sua demolição, dentro de dois anos. A investigação relatada carrega no discurso uma análise crítica sobre as transformações urbanas e o conflito existente, que é utilizado como pano de fundo ao resultar em uma proposta para o campo da ocupação e ordenamento territorial urbano, com entrada nos interesses do mercado imobiliário. Acredita-se, que existe uma necessidade de reajuste do Planejamento Urbano, feito 'por' e 'para' a sociedade organizada, utilizando métodos participativos, que escutem as exigências e discutem as decisões com a população local. Ao registrar parte da trajetória desta experiência cultural, que poderia terminar ocultada na história da cidade, sem que houvesse uma medição dos impactos sociais causados, o objetivo é discutir os papéis da gestão urbana na sociedade, dentro das esferas da administração pública e da sociedade civil, e assim, contribuir para o debate sobre o planejamento urbano. A concepção urbana é o resultado de negociações entre conflitos de interesse, onde se estabelece a necessidade de reforçar a organização popular, bem como uma gestão pública consistente, para que esta possa ainda servir de mediador nas negociações entre os interesses da população e os interesses do capital. Espaços vazios na cidade, se ocupados com espaços culturais ou sociais, como o exemplo do 'Porão Cultural', cumprirão com a sua função.

Palavras-chave: Gestão; Urbanismo; Uso do Solo; Política Pública; Patrimônio Cultural.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural¹, inaugurado em agosto de 2018, correu o risco de cair no esquecimento e desaparecimento da história oficial do município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro. Este risco não se aplica àqueles que vivenciaram este fenômeno social. Uma única ida ao local era o suficiente para marcar definitivamente a memória de quem viveu. Este espaço – que acolheu os loucos e os artistas, os velhos e os jovens, os habitantes de rua e os abandonados com casa – existiria somente enquanto o anfiteatro não fosse demolido, conforme planejado pela Prefeitura do Município de Maricá.

Importante ressaltar, que o aviso do fim existia desde o dia da sua inauguração, portanto ele foi criado consciente do caráter temporário. A notícia anunciava, que a construção seria demolida em breve, para enfim dar espaço ao novo projeto da Praça Orlando de Barros Pimentel. Junto com a notícia vem a pergunta: porque, exatamente, demolir um anfiteatro de praça? Justificou-se, que a edificação estava em desacordo com a ambiência de dois monumentos históricos, ambos tombados pelo órgão Estadual de tutela do tombamento, o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC): A Igreja da Matriz e a Antiga Casa de Câmara e Cadeia, construídas nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Este estudo se atém ao segundo monumento, a Casa de Câmara e Cadeia, por se aproximar do anfiteatro física e tematicamente, ao abrigar a Casa de Cultura municipal.

O Porão Cultural era um espaço-ação em um salão embaixo da arquibancada do anfiteatro, no Centro de Maricá. O anfiteatro foi uma obra da Prefeitura de Maricá, inaugurada em 2005, durante a gestão do ex-prefeito Ricardo de Queiroz (PDT e posteriormente PMDB). O ano de 2005 foi marcado por um intenso incentivo Federal no âmbito Cultural, tendo como Ministro da Cultura, nomeado pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o músico e compositor brasileiro, Gilberto Gil. Em sua gestão, Gil realizou projetos de amplitude nacional, como o Ponto de Cultura, que transformou o cenário cultural nacional, e criou o Plano Nacional de Cultura, constituído igualmente em 2005, trazendo para o país uma regularização das ações para os Estados e Municípios brasileiros. Neste mesmo ano, a Prefeitura de Maricá inaugura a Fundação de Cultura de Maricá (FCM) com o objetivo de gerir os programas, atividades e parcerias do Município, e com esta inauguração, veio também a construção deste anfiteatro na praça central da cidade.

¹ Redes sociais:<www.facebook.com/poraoculturalmarica>;<www.instagram.com/poraoculturalmaricarj>.

O conflito relatado neste artigo será conduzido inicialmente pela contextualização territorial, política e geográfica do município de Maricá, para então chegar ao surgimento do Espaço Porão Cultural e sua função social breve, porém não menos importante para a vida cultural da cidade. A joia a ser preservada, determinando o Patrimônio Histórico e Cultural Arquitetônico da cidade, merecidamente preservada e valorizada, acaba por entrar em conflito com a “bijuteria”, ou seja, uma construção descartável, que identificou, neste espaço de tempo, uma realidade que não poderá ser ignorada, e que poderá dialogar com a necessidade da preservação da memória do ontem, assim como a necessidade do cuidado da vida do hoje.

2. A JOIA E A BIJUTERIA

No dia 03 de maio de 2019 ocorreu o Fórum de Patrimônio Cultural promovido pelo Conselho dos Arquitetos e Urbanistas do Rio de Janeiro (CAU-RJ), onde estiveram presentes na mesa: representantes do município do Rio de Janeiro do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU); representante do Estado, Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC); e representante Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste encontro o representante do INEPAC afirmou, que na Praça Orlando de Barros Pimentel, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja da Matriz são algumas das poucas construções, que Maricá tem de maior valor patrimonial. Para ser mais claro, disse que são as ‘joias’ da cidade, e que ao longo do tempo foram surgindo interferências no entorno, ilegalmente instaladas pela própria Prefeitura. Informou, que este caso tinha passado pelo conselho de tombamento e houve uma determinação ou uma proposta do conselho antigo, que ‘aquilo’ (o anfiteatro) teria que “sair dali, por conta da interferência na paisagem” disse o INEPAC.

No entanto, em documento emitido por promotor de Justiça em 2008, no qual trata de interferências de obras indevidas no entorno das edificações tombadas, concede a permissão da manutenção das construções do anfiteatro e da Casa do Futuro, pois se *“constituem em uma proposta de forte apelo sociocultural, sugerimos que seja tolerada sua manutenção, considerando que já foi investida verba pública nas obras em questão”* (Parecer DPCN/INEPAC, 2008)². Com isso, conclui-se, que a despeito do parecer emitido em 2008, quase 10 anos após a sua emissão, a atual prefeitura decidiu demolir o anfiteatro. Portanto, em contraponto à metáfora “joia” utilizada pelo representante do INEPAC para denominar o monumento histórico da praça, coube ao anfiteatro a denominação “bijuteria” da Praça.

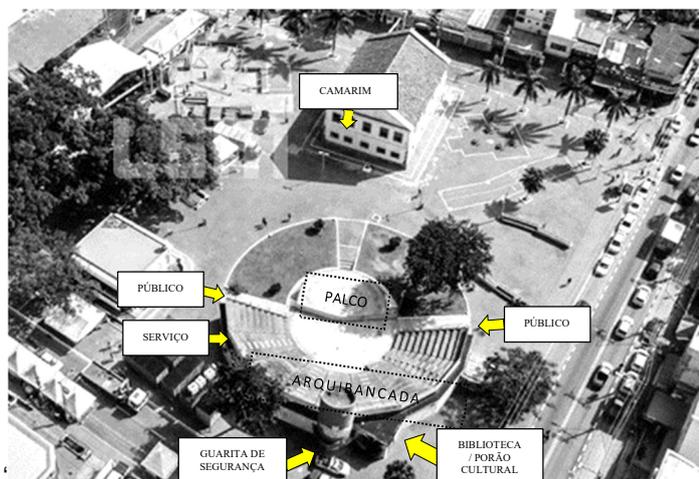
² Documento: Obras irregulares ocorridas na Praça Orlando de Barros Pimentel, em Maricá. Parecer Departamento do Patrimônio Cultural e Natural (DPCN) do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. (INEPAC), Ref.: Protocolo nº 813/2008. Solicitante: Dr. Augusto Vianna Lopes (Promotor de Justiça). Maricá, RJ, 2008.

O morador Roberto de Moraes (2019), professor de música e colaborador voluntário do Porão Cultural, acredita que a presença de um anfiteatro em praça pública é de suma importância para as cidades e deveria ser levado em consideração no planejamento de um novo projeto. O professor de música afirma, que *“então qualquer lugar com um anfiteatro na praça central da cidade é um local que remonta as próprias origens da nossa civilização”* (MORAES, 2019). Desconsiderar a manutenção da edificação e considerar o desmonte demonstra a tendência ao descarte, dando uma falsa impressão de simplicidade no ato de demolir.

Além dos valores sociais destas construções, há um debate importante a ser mencionado a respeito do impacto ambiental causado pelos Resíduos da Construção Civil (RCC) originados das demolições, tendo em vista os seguintes dados: a quantidade de resíduos da construção e demolição produzidos mundialmente gira em torno de um bilhão de toneladas no ano (BUTLLER, 2005). O setor da construção civil “além de ser um dos maiores da economia ele produz os bens de maiores dimensões físicas do planeta, sendo consequentemente o maior consumidor de recursos naturais de qualquer economia” (JOHN, 2000). Para John (2000) a estimativa é um consumo de 9,4 toneladas/habitantes por ano, de materiais de construção no mundo. O meio ambiente começa a não incorporar mais esses elementos descartados e consumidos em seus ciclos originais do planeta, pois os processos produtivos seguem modelos de lógicas lineares, que excluem das pautas e planos de trabalho as estratégias de reutilização, reciclagem e reinserção. Vale observar, que antes da construção do anfiteatro, ao menos 3 demolições do mesmo porte já ocorreram nesta praça ao longo do século XX.

Uma Lei Municipal de Nº 2131, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Maricá, foi aprovada em outubro de 2005 (poucos meses depois da inauguração do anfiteatro na área de entorno da Casa de Cultura), e nela consta, que *“não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfiram na estabilidade, ambiência e/ou visibilidade dos referidos bens.”* (LEI MUNICIPAL DE MARICÁ Nº 2132, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005). Isto configura uma contradição na gestão pública, pois enquanto o poder executivo inaugurava uma obra, o legislativo aprovava uma Lei que a enquadrava na ilegalidade.

Figura 1: Vista aérea do Anfiteatro, 2016 aproximadamente.



Fonte: Prefeitura de Maricá.

O anfiteatro já nasceu enquadrado na ilegalidade do Município. No entanto, tendo sido concluída a obra anteriormente a esta Lei Municipal aprovada, uma alternativa à demolição seria permitir e manter o novo bem imóvel, investindo para inseri-lo no contexto de preservação histórica do Município. Orientar o uso da praça voltado para uma redução da intensidade do uso atual, ao serem respeitadas a capacidade máxima de lotação do equipamento e a convivência com a edificação tombada vizinha.

O ACONTECIMENTO, PORÃO CULTURAL

O início se deu em 2018, quando a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Maricá (PT) aprovou um Projeto proposto pela sua Coordenadora de Artes Visuais, a artista visual Tatiana Castelo Branco. A ideia foi abrir um espaço em desuso, propriedade da Prefeitura, para as exposições de artes visuais, já ocorridas no hall de entrada do Cinema Henfil, que apesar de ser um local bastante visitado, seria pequeno e inapropriado para as exposições. O espaço embaixo da arquibancada do anfiteatro, antiga Biblioteca Pública Municipal, estava prestes a se tornar uma vacância. Segundo a arquiteta de preservações da Prefeitura, Renata Gama, a Biblioteca saiu dali, pois havia infiltração, sendo inviável a permanência de uma bibliotecal. Aqui percebe-se como defeitos podem ser impedimentos para um determinado fim e ao mesmo tempo ser a solução para outros fins.

O Projeto Espaço Porão Cultural abriu as portas em agosto de 2018 e tomou uma proporção amplificada espontaneamente, ao cumprir com uma demanda social, que nem mesmo a própria idealizadora do projeto imaginou. Ela conta como foi, que ocorreu esta ocupação:

Este espaço parece que caiu assim na hora, não tinha outro. (...). Aí teve mutirão para poder desocupar o espaço, eu ajudei para poder desocupar logo, eu enxergava esse espaço vazio de uma maneira tão bacana. Eu imaginava: se vazio é assim, imagina ocupado. Vai ficar muito bacana né. Aí juntei com um grupo de artistas para me ajudarem com a ocupação, darem apoio, e a gente foi descobrindo que o porão, ele começou a ter uma função muito além da arte, né. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019).

Por perceber o espaço como ideal para o projeto, a coordenadora se considerou uma pessoa de muita sorte por estar vinculada à prefeitura, o que possibilitou ocupar o imóvel de propriedade da Prefeitura. Caso contrário, não teria tido a permissão, pois existe uma burocracia para disponibilizar os espaços de propriedade do poder público, que chega a inviabilizar. Prefere-se manter os imóveis vazios a disponibilizar para a população. Ela tem consciência disso, como demonstra sua fala:

Graças a deus eu tive a sorte de estar dentro da Secretaria de Cultura, e ser um espaço que estava na mão da Secretaria de Cultura. Isso me facilitou muito. Que eu acho que é essa dificuldade também que deve existir. De você ter um imóvel, mas ser particular. Ou de você ter que ter uma autorização de não sei de onde, e isso tudo complica demais. Complica muito. Eu acho que foi um presentinho esse espaço. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019).

Por conta desta iniciativa, deu-se voz à arte local, e com isso se tornou uma referência para os artistas locais. O professor de música Roberto de Moraes, no trecho descrito abaixo, evidencia como ele, assim como o projeto RUAZIA, representam esta voz artística da cidade, que vive ansiando por espaços livres para se expressarem: *“Aí aqui, nós e o pessoal do RUAZIA estávamos sempre perguntando sobre esse espaço da Biblioteca, que estava vazio. Aí ela saiu na frente e conseguiu o espaço aí, para a gente ocupar. Chegamos ainda quando não tinha nada lá dentro”*. (MORAES, R. Entrevista. Mar 2019).

Figura 2: Espaço Ocupação Porão Cultural e Colaboradores.



Fonte: a autora, 2019.

Quando foi disponibilizado, o espaço já se encontrava com alguns problemas, como goteiras, janelas quebradas e ausência de climatização, por conta de uma redução nos custos

com a manutenção, provavelmente desde 2017, data de início do novo projeto da Praça. O que torna interessante o acontecimento do Porão é, que segundo a Tatiana, esta característica não foi considerada ruim, mas sim uma vantagem. Com a edificação em estado de parcial abandono, houve uma liberdade artística para todos os ocupantes e frequentadores do espaço. Para ela, os espaços abandonados são “perfeitos”, como ela mesma se refere ao explicitar o seu forte interesse pelos espaços, pois assim ela pode estimular a arte nas pessoas, sem restrições criativas. Ela diz, que:

Esses espaços que estão desocupados, ou abandonados, eles são espaços assim, que quando eu passo, já fico pensando que poderia dar um espaço maneiro. Trabalho muito com pessoal do grafite, e isso não tem como. Eles têm que ter liberdade para poder usar, produzir. Então esses espaços são perfeitos. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019).

As manutenções do espaço foram sendo feitas com a união dos artistas envolvidos e os funcionários da Prefeitura, que estavam lá no dia a dia, e organizaram mutirões de pinturas de parede, limpezas e consertos gerais. Para apresentar alguns destes colaboradores e como chegaram ao Porão Cultural, foram transcritos trechos dos áudios das entrevistas realizadas no Porão, em que se pediu, que contassem suas histórias com o espaço.

Luiz, um artista e cineasta, que trabalhou voluntariamente para o espaço, contou:

Conheci o Porão através do Vavá, aí falei de uma biblioteca que eu trabalhei, uma biblioteca solidária, conversei com a Paulinha que trabalhava aqui e ela me apresentou a Tati, aí mostrei alguns trabalhos que fiz com recorte e colagem, ela gostou. Começamos a conversar e hoje em dia somos irmãos. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019).

Oneide, produtora cultural, funcionária pública da Secretaria de Educação, cedida para a Cultura e que possui um forte laço com o projeto, contou:

Aí o Mercado (das artes) entrou em obras e fui auxiliar lá no Cinema Henfil, (...) e eu sou amiga da Tati já há muito tempo, a coordenadora aqui do Porão, aí eu perguntei a ela se eu podia ficar aqui, que eu daria um apoio, participaria das atividades que eu gosto. Isso dois meses depois que eles abriram o Porão. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019).

Priscilla, a museóloga contratada pela prefeitura para trabalhar na Casa de Cultura, foi remanejada e colaborou com o Porão Cultural:

Comecei a trabalhar na Secretaria de Cultura, na verdade no museu. E aí vim para o Porão. O museu vai funcionar na Casa de Cultura. O museu está fechado. (...) E agora eu vim para ajudar a Tati aqui no Porão. E assim, eu me apaixonei por isso aqui. Pelas pessoas que vêm, pela possibilidade de fazer a diferença na vida das pessoas aqui. (Entrevista concedida por Priscilla Maturana, 2019).

E o Roberto, professor de música, que tem um projeto de biblioteca ao ar livre na esquina em frente ao Porão Cultural, explicou:

Eu tinha dificuldade para guardar os livros aqui (na rua). Eu guardava num restaurante de um amigo meu. E aí eu conheci a Tati num trabalho que eu trabalhava num espaço cultural que tem em Araçatuba (...) ela me chamou e falou que eu podia levar meus projetos dos livros para lá. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019).

A funcionária pública Tatiana, responsável pela articulação de artistas e interessados em colaborar, agiu de forma independente e obteve a aprovação necessária da Secretaria de Cultura. Caso fosse um projeto exclusivamente de governo, possuiria em si características padronizadas, proteções estéticas e funcionalização, que o tornaria um projeto diferente do que é, em diversos aspectos qualitativos e quantitativos. O Porão Cultural é o que é, fluido, profundo, humano e espontâneo, por não ser um projeto oficial de governo, qualquer que fosse o governo, sem distinção ideológica. Pois, se trata de uma fresta dentro da governabilidade, levantando a hipótese de que talvez este seja um caminho da prática governamental, a ocupar os espaços, sendo o Estado nada mais, que uma entidade intermediária regulamentar, mas que permita autonomia aos corpos que habitam a cidade.

Objetivamente, aqueles que precisam de ajuda imediata, como artistas de rua ou mesmo habitantes em situação de rua, por vezes portadores de deficiências mentais, eram acolhidos no local por se sentirem bem recebidos no ambiente. Os casos mais críticos foram encaminhados para os serviços de Políticas Inclusivas, bem próximo dali, pois grande parte das instituições da Prefeitura estão no Centro de Maricá, ou seja, a poucos metros de distância da praça. Mas, para além deste acolhimento social, subjetivamente o Porão Cultural salvou vidas, pois estimulou a criatividade e interação, oferecendo um espaço, que serviu de alternativa psicológica para aqueles, que se sentem “excluídos” ou “incapazes”, focando em atividades que melhoravam o convívio social e ocupavam as mentes com arte e cultura.

3. PORÃO NO FUTURO: O FIM DO PORÃO (?)

O fim do Porão conduz a duas realidades distintas e atreladas: o fim do Projeto Porão e o fim da edificação do Anfiteatro. Ou: o fim da ideia e o fim do espaço no qual a ideia se manifesta. Sobre isso, para dar início a esta reflexão, vale um trecho destacado da fala de Roberto (o professor de música), que representa a indignação identificada em todos os envolvidos entrevistados: *“ainda não vi o novo projeto, mas tenho a impressão, que a Casa de Cultura, como patrimônio, vai continuar ali né? E o Anfiteatro? Se tornou também parte da cultura da cidade. Muitas pessoas fizeram ali a sua adolescência, a sua vida”*. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019). Uma outra fala a ser destacada, que reforça o conflito

entre as construções do Anfiteatro e do monumento tombado, defende a visão de uma ‘nova museologia’, que segundo a museóloga e colaboradora Priscilla Mataruna, a Prefeitura *“deveria manter o que foi feito nestes últimos tempos. A sociedade é que deve dizer o que é importante para ela, e o poder público deve responder ao interesse da sociedade”*. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019).

No dia 15 de maio de 2019, ocorreu uma entrevista com a Secretária de Cultura de Maricá, Andrea Cunha. Ao mencionar, que se tratava de uma pesquisa acadêmica, que envolvia o Porão Cultural, foi receptiva e marcou um encontro imediatamente. Andrea, por sinal muito gentil e ocupada ao mesmo tempo, disse que iria responder às perguntas elaboradas, por e-mail, tendo sido enviadas no dia seguinte, juntamente com o resultado do questionário. As perguntas serviram para guiar a conversa, pois se tratava de questionar o seu ponto de vista, como secretária, a respeito da demolição do Anfiteatro, e como influencia na integração entre as atividades da Cultura na cidade. A informação dada sobre o Anfiteatro, foi que *“a obra foi da gestão retrasada de prefeitura, do Ricardo de Queiroz, antes do Quaqué, por volta de 2004”*, e que não se tinha muita informação sobre o ocorrido, mas que se tratava de uma construção ilegal, com certeza, de acordo com a Lei Municipal de Nº 2131, citada anteriormente.

Segundo a Secretária, a demolição não causaria o fim do Porão cultural, pois a sua intenção é mantê-lo como projeto da Prefeitura e a Secretaria de Cultura, que reconhece o valor social do espaço, sendo somente transferido para outro local, à época ainda em estudo, mas provavelmente para a Casa de Cultura, o edifício tombado. Ainda afirmou, como opinião pessoal, ser contrária à medida de demolição do Anfiteatro, pois era um equipamento proveitoso para as atividades da Secretaria. O subsecretário de Cultura, Eduardo Bahia, em conversa informal na Pré-Conferência Municipal de Cultura, que ocorreu em outubro de 2019, antes da demolição, afirmou que o projeto do Porão já estava contemplado nos planos futuros para a cidade, após a demolição do Anfiteatro. Completou, que no seu entender, este projeto teria o potencial de ser replicado com o uso de containers, (módulos industriais), e poderiam atender diferentes bairros do Município.

A outra esfera pública consultada foi o Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), uma autarquia criada para a especialidade de obras do município, que segundo o IBGE, é uma administração pública indireta com personalidade jurídica pública com capacidade de se autoadministrar. O arquiteto do órgão, Flavio Nobre, autor do novo projeto da praça, foi contatado por telefone e se mostrou acessível. Foram formuladas perguntas em três blocos, sendo que o último bloco (sobre o anfiteatro) não chegou a ser respondido, mas os demais

(sobre prazos e projeto) sim. Com base nesta entrevista, serão trazidas as informações com análises críticas, com intuito de fomentar o debate no âmbito acadêmico, o que foi devidamente esclarecido para o entrevistado.

Ao iniciar a resposta às perguntas no dia 24 de outubro de 2019, o arquiteto informou, que a data prevista para o início das obras da Praça seria início de janeiro de 2020. O prazo de conclusão, dentro de 9 meses, previsto para setembro de 2020. O projeto teve os estudos preliminares iniciados em janeiro de 2017, e concluído em setembro de 2018. Sendo assim, conclui-se que a obra atrasou um ano para iniciar, tomando como data referência o início do esvaziamento do espaço embaixo da arquibancada do Anfiteatro. Exatamente o tempo de duração do projeto Porão Cultural, iniciado em agosto de 2018. Não se sabe os motivos do atraso, mas esta brecha foi o que fez o Porão ser criado. A permissão sugere uma operação paliativa, para evitar que o espaço fique vazio correndo o risco de ser ocupado de forma indevida aos olhos da prefeitura. Naturalmente uma ocupação organizada pela própria prefeitura viabiliza a sua retirada sem embates judiciais.

Figura 3: Planta baixa em 3D da Praça O.B.P.



Fonte: Autor do Projeto, SOMAR, 2017

O projeto novo da praça conta com um espaço livre para eventos itinerantes, mas tem o objetivo de retirar os grandes eventos do local, pois, segundo ele, esta foi uma das solicitações do INEPAC, por causa de reverberação sonora nas construções tombadas. Os shows serão transferidos para um novo local, que poderá receber eventos de grande porte e outros locais para eventos menores, descentralizando os eventos da cidade. Será uma nova fase para a cultura de Maricá. Guarita de segurança, como a existente, não foram previstas “por ser um local de grande circulação”, substituída por câmeras 24h. No entanto, esta política de vigilância digital, retirando o posto de atendimento municipal local, pode configurar um

aumento da distância entre poder público e população, desumanizando o serviço público em prol da informatização do espaço. Quando perguntado se havia no projeto novo a previsão de um local para abrigar o Projeto Porão Cultural, que está em funcionamento do anfiteatro, Flavio afirmou: *“Desconheço o projeto em questão”* e acrescentou, que a secretaria de obras está desenvolvendo um projeto para a Secretaria de Cultura, que prevê diversas localidades com centros de cultura, denominados Centro Cultural Periférico, em sete localidades diferentes, contemplando sala de dança, estúdio musical, sala de artes e *coworking*. Estes centros podem ser interessantes e necessários em tais localidades, mas ainda assim, não substituem o uso de acolhimento criativo e terapêutico de um ateliê livre e aberto, que proporcionava o Porão Cultural na centralidade da cidade.

Conforme a Lei Municipal Nº 2272 de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, o local pertence à Área de Especial Interesse Histórico-Cultural (AEIHC) dentro da Zona de Comércio Local 4 (ZC4), lugar onde a cidade começou, e que até hoje possui um intenso fluxo de pessoas circulando por ali. A funcionária Oneide ressaltou esta relevância do local: *“O que aconteceu aqui desde o início foi muito marcante, porque a gente está no coração de Maricá, então a gente tem acesso a todas essas pessoas e essas pessoas têm acesso ao Porão. Seria quase um pecado a pessoa querer demolir este espaço”*. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019). O que se discute é a importância do diálogo com a sociedade e o olhar cauteloso aos usos existentes na localidade, para elaboração de um novo projeto. O arquiteto deveria estar ciente sobre a existência de um projeto em curso no local, que estaria sendo demolido junto com a praça. A falta de comunicação entre as partes, de acordo com a informação obtida para a pesquisa, determina um equívoco, ou então, a confirmação de ser esta omissão, uma escolha política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a intenção de relatar criticamente e metodologicamente o percurso deste projeto efêmero, que foi o Porão Cultural no Anfiteatro, e com isso eliminar o risco de terminar oculto na história. O objetivo aqui foi discutir os papéis da gestão e planejamento urbano na sociedade, dentro das esferas do poder público e da sociedade civil, conforme mencionado, e trazer a possibilidade desta experiência se tornar uma política pública de adensamento da cidade com projetos sociais, assim como ressaltar a importância da localização física-espacial deste projeto piloto específico do Porão, como sendo o resultado de uma característica e necessidade do local, mas com crítica sobre as dificuldades de se colocar em prática uma política de escuta da sociedade, na hora de se planejar e interferir na cidade.

Casos como estes, vale reforçar, demonstram nitidamente a ineficiência do suposto planejamento urbano, que deveria prezar pela função social da propriedade de acordo com as áreas de planejamento e zoneamento da cidade, pressionando e instrumentalizando a destinação de uso destes imóveis inutilizados. Ao retomar a condição existencial do Porão, ou seja, o conjunto de fatores envolvendo a existência deste espaço tão especial e pioneiro em sua função social e no histórico do surgimento em meio ao caos político, que só ocorreu por conta de um planejamento prévio da sua extinção, torna a concluir, que o espaço público nas cidades modernas são uma repetição do modelo “bem-sucedido” de cidade à serviço do mercado imobiliário, para que este possa expandir e assentar seus alicerces, com a garantia de venda como resultado da assepsia e da sensação de segurança no local a ser implantado.

A funcionária pública Tatiana, responsável pela articulação de todas estas pessoas, agiu de forma independente e obteve aprovação necessária da Secretaria de Cultura para ocupar o espaço, e isso deve ser reconhecido, pois foi o pontapé inicial para que o diálogo fosse aberto entre poder público e sociedade. O encontro entre a voz do povo com a governança, que resistiu ali dentro, deve ocorrer em todos os processos decisórios, inclusive da mudança do espaço. O Porão Cultural foi o que foi: fluido, profundo, humano e espontâneo, justamente por não ter sido um projeto oficial de governo, mas de um movimento fortalecido pela Tatiana Castelo Branco. Dar voz para sociedade civil é a característica principal, que deve ser mantida nos próximos passos do projeto, para consumir uma experiência, que inovou nas inter-relações sociais, caso contrário, será só mais um projeto da prefeitura. Mas, só o tempo dirá como que o Porão vai estar após esta mudança. As manifestações espontâneas e sociais continuam sendo entendidas como resultados da vida em sociedade, com as forças de interesses interagindo entre si. O que vale observar é, de que maneira esta parcela da sociedade em Maricá irá se movimentar a partir de agora, depois desta alternativa lançada, que serviu de inspiração, para transformar ações, que antes eram colocadas fora das prioridades de decisões, para que agora possam ser vistas como protagonistas, após o impacto que causou. Mas afinal, esta pesquisa não se propõe a dar nenhuma resposta definitiva, apesar de pensamentos enfáticos, mas servir como uma reflexão e provocação para se tentar entender, em conjunto, o que se deseja para os planejamentos urbanos, enquanto sociedade.

E para concluir este processo, no que se refere ao conflito existente entre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de encontro com uma construção posterior a esta, coloca-se, que neste caso o que sugeriu toda a pesquisa, foi uma certa manipulação das leis para interesses que priorizam outros valores, que não a proteção ao patrimônio, sendo esta, a justificativa. Não se pode afirmar ao certo, mas de qualquer modo vale continuar a questionar

quais os motivos, que levam a demolir o existente, se este atende à população e presta um serviço à sociedade? Como avaliar os possíveis impactos das novas obras sobre a sociedade, que circula no local e quais valores devemos priorizar? Quais são as consequências da retirada ou realocação desta infraestrutura, para as pessoas que nela habitam ou frequentam, e como substituir ou repor? O novo projeto contempla demandas, que surgiram a partir da escuta da população? Quais são as atendidas e quais são as não atendidas, e por quê?

Figura 4: Demolição do Anfiteatro vista aérea.



Fonte: Prefeitura de Maricá, 2020.

E por fim, para registrar possíveis próximos avanços de pesquisa, seria interessante o uso de ferramentas de levantamento de dados e processos participativos, como a elaboração de questionários ou reuniões consultivas, para levantar dados sobre a opinião dos frequentadores da Praça, artistas e comerciantes autônomos. Fazer isso com intuito de influenciar e fazer pressão nos processos de mudança deste espaço do Porão, assim como adotar estas medidas também para consulta sobre outras atividades e serviços, que possam existir no local. Assim como também, produzir campos de debates abertos e transparentes com característica interdisciplinar, contando com as instâncias públicas e terceirizadas, para que se informem e discutem os pontos necessários, melhorando a comunicação.

Os métodos participativos, se aplicados com seriedade como parte das políticas públicas, podem ser eficientes ao gerarem motivação para o engajamento social. À medida que os envolvidos vão sendo escutados, vão também se encontrando nas oportunidades oferecidas, ao emitirem suas vozes e opiniões. Desta forma a sinergia vai acontecendo naturalmente até que como resultado, quase inesperado, emerge o trabalho coletivo sendo realizado. Quanto mais responsável for esta escuta e a diluição do poder de decisão, respaldada por métodos participativos, que avançam como ciência, onde as ideias sejam acolhidas e discutidas em grupo, melhor será o processo e melhor serão os resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, 2007b.

ADDOR, Felipe. *Teoria Democrática e Participação Popular*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Faperj, 2015. p.159-198.

ALVEAR, Celso A. S. de. *Redes como Elemento ou Método de Análise*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Faperj, 2015. p.365-390.

BUTTLER, A. M. Agregados reciclados na produção de artefatos de concreto. *Revista do Concreto – IBRACON*. Fevereiro de 2005. p. 26-29.

CALABARE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao séc. XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. A insustentabilidade urbana produzida por alianças entre as forças do progresso com as do atraso a nível global e local. In: São Paulo: em busca da sustentabilidade [S.l: s.n.], 2012.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. *Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): A conservação de bairros cariocas de 1979 a 2006*. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, 2011.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

FONSECA, Bruno; FERRARI, Caroline. Milhares de imóveis da União estão vagos para uso. *Publica*, 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/06/milhares-de-imoveis-da-uniao-estao-vagos-para-uso/>. Acesso em: 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*– São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACQUES, Paola B. *Elogio aos Errantes*. Salvador: editora UFBA, 2012.

LAGO, L. C. Desenvolvimento "social": precisamos qualificar o desenvolvimento? In: Flavio Chedid Henriques; Felipe Addor; André Malina; Celso Alvear. (Org.). *Tecnologia para o desenvolvimento social: diálogos NIDES-UFRJ*. 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2018, v. 1, p. 157-163.

MACHADO, Pd Paulo Batista. *Maricá meu Amor*. Rio de Janeiro: Apex Editora, 1977.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELO, Walter. Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642010000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 22 jan. 2020.

MÓNICO, L. S; ALFERES V. R; CASTRO P. A; PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: CONGRESO IBEROAMERICANO EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, Volume 3, 2017, Salamanca. Atas CIAIQ, 2017. P. 724-733. Disponível em <http://proceedings.ciaiq.org>. Acesso em 05 nov. 2019.

MONTEIRO, Diego. Plano Diretor de Maricá: Propostas para a Intervenção no Território Municipal. 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NOGUEIRA, Amanda da C. R. de Melo. Planejamento e Gestão territorial: Uma Análise Sobre as Estratégias de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Maricá/RJ. 166f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia Urbana) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Rio de Janeiro, 2015.

HELENE, Diana. A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados no Centro de São Paulo. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SEGAUD, Marion. Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Sesc, 2016, p.312

SIMONI, M. Engenharia de produção da exclusão social. In: Metodologias e Experiências em Projetos de Extensão. Niterói, 2000.

SODRÉ, Ana Maria Rolim; WEBER, Lílian. A arte urbana e seus efeitos nos processos de subjetivação: uma revisão bibliográfica no campo da psicologia. Revista Subjetividades. Fortaleza. p.66-75.

TRABA, Marta. La cultura de la resistencia. En Literatura y praxis en América Latina. comp. Fernando Alegria, 49-80. Caracas: Monte Ávila, 1974.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. OPI NIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, 2012, p. 399 – 426.

TEIXEIRA, Christiane. LIXO ORDINÁRIO, ESPACIALIDADES EXTRAORDINÁRIAS - O entulho como matéria prima para construir. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

THE VENICE CHARTER translated in PORTUGUESE, PORTUGAIS. ICOMOS National Committee using this version: Portugal. CARTA DE VENEZA, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. In: II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Adoptada pelo ICOMOS em 1965. Tradução: Miguel Brito Correia e Flávio Lopes. Portugal, 1964.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. CONSERVAÇÃO INTEGRADA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO - Trabalho apresentado no dia 10 de maio de 2000 no 4º Encontro do SIRCHAL realizado em Salvador, Bahia, Brasil. Versão preliminar do texto: ZANCHETI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. Espaço & Debates, São Paulo, v. '23, n.43-44, p. 92-105, 2004.